

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 05/03/2015

- *Capacitar para erradicar a exploração sexual de meninos e meninas e o trabalho infantil no Vale do Ribeira (SP)*
- *Exposição reflete olhar de crianças e jovens sobre comunidades pacificadas do Rio de Janeiro*
- *Marcha reúne mais de 20 mil contra trabalho infantil em Belém*
- *Empreendedorismo dos jovens de PE é destaque em pesquisa nacional*

Assunto: Capacitar para erradicar a exploração sexual de meninos e meninas e o trabalho infantil no Vale do Ribeira (SP)

Fonte: Promenino

Data: 05/03/2015

Promenino

Caso você visite alguma padaria de Cajati, Juquiá, Miracatu ou Jacupiranga, cidades do Vale do Ribeira (sul do estado de São Paulo), a embalagem dos pãezinhos certamente chamará a sua atenção. Na foto, estampando as sacolas, há o perfil de uma garota à beira da estrada, com a seguinte frase: “Cuidado com o que você deseja. Exploração sexual é crime. Denuncie!”.



Crédito: Maya Kruchankova/Shutterstock



Vizinhos, os municípios são cortados pela perigosa BR-116 – estrada também conhecida quando o assunto envolve exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho infantil. Para enfrentar tais problemas e conscientizar a população, os representantes do Sistema de Garantia dos Direitos decidiram unir forças.

Desde 2010, as quatro cidades fazem parte do projeto “Vale dos sonhos na estrada do amanhã”, apoiado pelo Programa Ação Proteção, da Fundação Telefônica Vivo. Com reuniões periódicas, discute-se como proteger meninos e meninas de situações de violência e como difundir a informação entre a comunidade, para

que todos se sintam capacitados a encaminhar os casos encontrados.

Na quarta-feira (4), uma apresentação dos percussionistas do grupo “Ta Tum Dum”, formado por adolescentes atendidos pelo Centro de Referências em Assistência Social (Cras) da cidade de Jacupiranga, marcou o lançamento da campanha “Elas podem ser crianças”, que contou com 158 participantes reunidos no plenário Durvalino Martins. Além das estampas nas embalagens de pão, foram confeccionados panfletos, camisetas, outdoors e 5 mil cartilhas com o título “Saber para prevenir!”, que serão entregues aos alunos do 5º ano das escolas públicas da região.

Assunto: Exposição reflete olhar de crianças e jovens sobre comunidades pacificadas do Rio de Janeiro

Fonte: Promenino

Data: 05/03/2015

Promenino

Com a proposta de registrar a percepção dos jovens sobre as comunidades pacificadas no Rio de Janeiro, a exposição "Conexões de Olhares", que fica até o dia 3 de maio no Museu da República, no bairro do Catete, apresenta 200 fotos dos participantes do programa Sesi Cidadania, realizado em 12 comunidades que receberam Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Realizadas em 2013 pela fotojornalista japonesa Hikaru Nagatake, as oficinas procuram desenvolver a criatividade das crianças e dos adolescentes usando como recurso a linguagem fotográfica. “O Brasil tem muita diversidade, e como um país do futuro tem muita coisa para apresentar, ensinar e estimular para outros povos, de outros países, inclusive crianças do Japão”, explica Hikaru, que é responsável também pela curadoria da mostra. “Aprendi muitas coisas com as fotografias das crianças e sobre a relação delas com a comunidade.”



Um dos participantes, Gabriel Elias Zotti de Souza (14 anos), morador do Andaraí, contou que essa foi a primeira vez que fotografou na vida e que o curso mudou sua visão sobre a comunidade. “Depois que eu comecei a ver esse lado [da fotografia], percebi que não é a gente que escolhe as coisas, são as coisas que atraem a gente para mostrar como realmente são”.

Assunto: Comissão se reúne para discutir criação de lei sobre subtração de crianças

Fonte: CNJ

Data: 05/03/2015



Coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a Comissão Permanente sobre Subtração Internacional de Crianças reuniu-se nesta semana para debater pontos do anteprojeto de lei que vem sendo elaborado com a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outros órgãos.

O texto do anteprojeto tem como objetivo regulamentar a atuação das autoridades brasileiras em casos de crianças que entram ou saem ilegalmente do território nacional, normalmente levadas pelos genitores. O texto deve ficar pronto dentro de dois meses. Quando concluído, ele será encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional.

“O Brasil ainda precisa regulamentar aspectos administrativos e judiciais a fim de cumprir de maneira padronizada as duas convenções que tratam desses casos: a Convenção de Haia, de 1980, e a Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, de 1989, das quais o Brasil já é signatário”, explicou o conselheiro Saulo Casali Bahia, que representou o CNJ na reunião.

Segundo o conselheiro, há vários temas a serem aperfeiçoados sobre o tema. A descrição do papel da Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), responsável por prestar cooperação internacional quando há disputa judicial de crianças e adolescentes, é um deles.

Este foi o 8º encontro da Comissão Permanente de Subtração Internacional de Crianças que tem como objetivo propor iniciativas de prevenção à subtração e retenção internacional de crianças e adolescentes, sugerir medidas de divulgação da Convenção de Haia sobre sequestro de crianças, atuar na capacitação dos agentes públicos envolvidos em sua aplicação, elaborar propostas e atos normativos sobre a implementação da Convenção de Haia e da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores, além de estimular pesquisas sobre tais convenções.

Segundo a SDH/PR, a subtração ou sequestro internacional de uma criança ocorre quando ela é transferida de um país para outro sem o consentimento de um dos genitores. Também é considerado ilegal reter uma criança em um país sem o consentimento do outro genitor, após um período de férias, por exemplo, ainda que o pai ou a mãe tenha autorizado a viagem.

O caso de maior repercussão em relação a esse assunto foi o do menino Sean Goldman, cuja guarda foi disputada em tribunais americanos e brasileiros. Na época, a Justiça deu ganho de causa ao pai americano e o garoto passou a ter dificuldades para se encontrar com a família da mãe brasileira. O caso inspirou a criação de uma controversa medida. Sancionada pelo presidente americano Barack Obama em agosto, a lei prevê formas de cooperação para a recuperação de crianças sequestradas, mas também prevê sanções aos países que estiverem envolvidos na disputa.

De acordo com o conselheiro, a reunião desta segunda também serviu para repensar a terminologia adequada para a retenção ilegal de criança em um país estrangeiro. “Uma vez que não se trata de privação de liberdade, os casos não deveriam ser denominados de sequestro, mas sim subtração”, pontuou.

Em relação ao local de competência para o julgamento do conflito, o Brasil deve seguir a Convenção de Haia, que instituiu que o país onde a criança tem residência habitual deve ser o local apropriado para ocorrer a discussão sobre a guarda. O Brasil deve seguir a mesma orientação.

Participam da Comissão Permanente sobre Subtração Internacional de Crianças o CNJ, os ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, a Advocacia-Geral da União, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a Defensoria Pública da União, o Departamento de Polícia Federal, a Rede Internacional de Juízes da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Assunto: Marcha reúne mais de 20 mil contra trabalho infantil em Belém

Fonte: CNJ

Data: 05/03/2015



O dia 1º de março de 2015 entrou para a história da mobilização social no Pará. Na manhã do último domingo, mais de 20 mil pessoas participaram da Marcha de Belém Contra o Trabalho Infantil, ocupando uma das principais avenidas da cidade de maneira lúdica e pioneira no combate a uma questão prioritária para a sociedade, que é a erradicação do trabalho infantil. O evento teve início às 8h30 da manhã, na Escadinha da Estação das Docas, um dos principais pontos turísticos de Belém, e seguiu pela Avenida Presidente Vargas, enchendo as ruas de música e palavras de apoio às ações de combate ao trabalho infantil.



Coordenada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), com o apoio e a organização de diversos parceiros (entre eles o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a Prefeitura de Belém, o Governo do Estado do Pará, e entidades como MPT, o MPE, a SRTE, OAB, Fecomércio, Fiepa, Associações de Magistrados, Unicef e diversos movimentos sociais, além de todo o sistema de comunicação no Pará), a Marcha de Belém Contra o Trabalho Infantil foi um ato de afirmação e participação cidadão, reunindo milhares de pessoas em prol de uma infância plena.

De acordo com a Gestora Regional de Combate ao Trabalho Infantil do TRT8, juíza do Trabalho Maria Zufla Lima Dutra, a marcha representa a expressão da união que vem sendo promovida desde o início do programa. "O objetivo é unir forças para que juntos tenhamos mais condições de combater esse mal, que prejudica a infância, o futuro de milhares de crianças e o do Brasil. Com essa marcha, queremos promover um novo olhar da sociedade para esse gravíssimo problema. Que todos se mobilizem para que, a partir deste marco, o trabalho infantil fique apenas nos livros de história como um mal eliminado pela nossa geração", disse.

Cartão Vermelho - A mobilização realizada nas ruas de Belém é uma das ações desenvolvidas pela Comissão Regional de Combate ao Trabalho Infantil do TRT8 que, em agosto de 2014, desenvolveu, em âmbito regional, a Campanha Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir da iniciativa, mais de 80



parceiros de diversas localidades do Pará juntaram-se ao TRT8 e ao TJPA no desenvolvimento de ações contra a exploração do trabalho infantil.

Entre as ações da Campanha Cartão Vermelho constaram atividades em escolas, estádios e universidades para mobilização e conscientização de pais, estudantes, professores e população em geral sobre o tema; a inserção de jovens de baixa renda em curso de formação de aprendizes; e a realização de pesquisa inédita, nas redes de ensino estadual e municipais, sobre a realidade do impacto do trabalho infantil na vida de crianças e adolescentes.

Representando o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o ministro Lélío Bentes, coordenador nacional da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, esteve em Belém especialmente para participação na marcha e destacou como o movimento representa o compromisso da sociedade paraense com o objetivo assumido internacionalmente pelo Brasil. "Nós temos hoje, no Brasil, quase 3,2 milhões de crianças e adolescentes que trocam os estudos pelo trabalho precoce. Isso prejudica o seu desenvolvimento. A sociedade paraense, sob a liderança do TRT8, vem à rua demonstrar sua confiança de que o Brasil honrará o compromisso de que, em 2020, erradicará todo o trabalho infantil do nosso País", afirmou.



Repúdio - Milhares de pessoas, entre as quais muitas crianças, demonstraram seu repúdio a situação de crianças e adolescentes explorados para o trabalho. Muitos órgãos presentes compareceram com faixas e cartazes, demonstrando sua opinião. Entre a multidão, o comerciante Fábio Alexandre era um dos que dizia não ao trabalho infantil. "Estou aqui a favor das crianças viverem a infância

de forma digna, estudar e ter um bom desenvolvimento, e não ser escravizado realizando trabalho forçado", afirmou.

Assunto: Empreendedorismo dos jovens de PE é destaque em pesquisa nacional

Fonte: G1 PE

Data: 05/03/2015



O espírito empreendedor dos jovens pernambucanos é destaque em uma pesquisa que mostra o perfil profissional dos universitários brasileiros. De acordo com o estudo Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras, abrir o próprio negócio é um dos maiores desejos da juventude atual. Quase 60% dos entrevistados querem abrir uma empresa. E os pernambucanos saem na frente quando se fala no tamanho desse negócio: 18% deles esperam ter mais de 25 empregados após cinco anos de funcionamento, já a média nacional é de 11%.



A pesquisa Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras ouviu 5 mil estudantes de universidades públicas e privadas de todo o país. O trabalho durou um ano e foi conduzido pelo Sebrae em parceria com a Endeavor, uma organização não governamental (ONG) que incentiva o empreendedorismo mundial em 25 países. “A gente vê que os universitários querem empreender o quanto antes e temos a felicidade de perceber que os pernambucanos sonham mais alto [em relação ao número de empregados]”, afirma Igor Piquet, coordenador regional da Endeavor.

Piquet ainda conta que os alunos da área de humanas se mostram mais propícios ao empreendedorismo que os alunos de saúde. “A gente observa que os alunos de administração e economia têm mais acesso a conteúdos desse tipo. Por consequência, tendem a ter mais interesse em empreender e se mostram mais otimistas”, explica.

O estudo também mostrou que o desejo de empreender não fica apenas nos planos futuros dos universitários brasileiros. Cerca de 23,5% dos entrevistados afirmaram que já tiveram alguma experiência empreendedora. Outros 11,2% já exercem a atividade atualmente. O pernambucano Lucas Queiroz é um deles. Ele é estudante universitário e montou uma empresa de anúncios para dispositivos móveis em 2011. No início, tinha seis empregados. Hoje, já são 15. “Aqui, a gente tem independência para levar nosso projeto à frente e escolher para onde a gente vai. Não é como em um emprego fixo, onde você só cumpre ordens. Não me vejo fazendo só isso”, afirma Lucas.

Pernambuco também é destaque quando se fala na confiança dos jovens empreendedores. De acordo com a pesquisa, quase 21% dos universitários do estado consideram ter uma ideia inovadora -- a média nacional é de 15,3%. Alguns desses jovens são estudantes da Faculdade de Administração (FCAP) da Universidade de Pernambuco (UPE) e criaram a Liga Universitária de Economia Criativa para estimular o espírito empreendedor entre os colegas.

Hoje, o grupo já conta com 20 membros. “A gente quis fazer com que os estudantes da FCAP vissem o mercado da economia criativa, que é muito forte aqui em Pernambuco, e nele conseguissem desenvolver seus próprios negócios. Então a gente faz palestras e rodadas de negócios”, conta Péricles Borba, um dos membros do projeto.